

PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

**REVISTA DE GEOGRAFIA
(UFPE)**

www.ufpe.br/revistageografia

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

AS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DE QUALIDADE DE VIDA URBANA NO BRASIL E NA GEOGRAFIA BRASILEIRA

Marilia Araujo Roggero¹, Ailton Luchiari²

1 – Programa de Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, email: aluchiar@usp.br

2 - Programa de Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, email: aluchiar@usp.br

Artigo recebido em 09/01/2015 e aceito em 16/01/2015

RESUMO

Estudos sobre qualidade de vida urbana têm sido cada vez mais frequentes em diversas áreas do conhecimento. Isso porque está cada vez mais difícil viver nas grandes cidades com relação à moradia, transporte, mobilidade em geral. A qualidade de vida urbana é um tema amplo que possui interfaces multidisciplinares, pois cada ciência a entende a partir de seus instrumentos de análise e suas metodologias. No Brasil os estudos sobre a qualidade de vida, principalmente nas grandes cidades como São Paulo e sua região metropolitana, abordam questões fundamentais como infraestrutura e segregação sócio-espacial. O presente artigo foi elaborado por meio de um levantamento histórico a sobre a qualidade de vida urbana e pesquisa bibliográfica de estudos sobre qualidade de vida urbana no Brasil, na América Latina, Europa e Estados Unidos, destacando os estudos geográficos brasileiros sobre a temática.

Palavras-chave: qualidade de vida, aspectos objetivos, aspectos subjetivos, geografia.

THE PERSPECTIVES OF THE ANALYSIS IN URBAN LIFE QUALITY ON BRAZIL AND BRAZILIAN GEOGRAPHY

ABSTRACT

Studies about quality of urban life has been even more frequent in many areas of knowledge. This is because it is increasingly difficult to live in big cities with respect to housing, transportation, mobility in general. The quality of urban life is broad topic with multidisciplinary interfaces; because each science understands it from their own instruments of analysis and methodologies. In Brazil the studies about quality of urban life, mainly in big cities like São Paulo and their metropolitan region address key issues such as infrastructure and socio-spatial segregation. The present article was elaborated through historical survey about quality of urban life and bibliographic research about quality of urban life in Brazil, Latin America, Europe and United States, highlighting the Brazilian geographical studies on the subject.

Keywords: quality of life, objective aspects, subjective aspects, geography.

INTRODUÇÃO

São diversas as áreas do conhecimento que trabalham com o conceito, ou melhor, com as definições de qualidade de vida urbana, analisando-a. A Economia, as Ciências Sociais, a Estatística, o Urbanismo e a Geografia têm realizado diversos estudos acerca dessa temática. Cada ciência aborda a qualidade de vida segundo conceitos, definições, instrumentos de análise e metodologias específicas, implicando em uma multiplicidade de significados associados à qualidade de vida.

Na economia os estudos abordam o tema por meio de uma perspectiva na qual o ambiente físico, econômico e social pode influenciar no comportamento econômico do indivíduo e conseqüentemente na sua felicidade individual e no bem estar coletivo. Como o ambiente afeta cada indivíduo de maneira diferente, qualquer concepção objetiva se relativiza, sendo necessário incluir a subjetividade e as percepções individuais na análise. Estes aspectos (psicológicos e fisiológicos) têm sido analisados por psicólogos, sociólogos e também por economistas. Os indivíduos escolhem áreas da cidade onde querem morar, devido ao bem-estar que essa localização pode proporcionar, entretanto, essa região cresce e aspectos não desejáveis como trânsito ou criminalidade podem aparecer. Para os economistas é fato que para analisar qualidade de vida dos indivíduos é necessário analisar um conjunto de condicionantes (causas e efeitos) como também o território.(Mora et al, 2008) As Ciências Sociais esboçam o conceito de qualidade de vida por meio da exclusão social, no qual há implicitamente um compromisso ético onde a sociedade possa garantir a vida, sem a destruição das potencialidades humanas e da natureza.Na Geografia, a preocupação acerca da qualidade de vida urbana tem se voltado tanto aos aspectos objetivosquanto aos aspectos subjetivos. Com relação aos aspectos objetivos, a preocupação ocorre por dois motivos: primeiramente porque se entende que as necessidades básicas sejam aspectos objetivos da qualidade de vida, e por isso, são passíveis de mensuração e segundo, por que conforme bem explicita Mansilla (apud Vitte, 2009) a satisfação das necessidades básicas (acessibilidade, fluidez, limpeza, disponibilidade de serviços básicos, qualidades das edificações) torna-se referencial para as gestões locais que almejam além da inclusão social, uma melhoria efetiva da qualidade de vida. Afinal, conforme evidencia Mansilla (apud Vitte, 2009) sem o mínimo de bem-estar social e material não faz sentido avançar no debate da qualidade de vida urbana.

Vitte (2009) afirma, no entanto, que a *“idéia de qualidade de vida diz respeito a aspectos mais complexos do que à simples cobertura das necessidades básicas”* (Vitte, 2009 p. 89)e que esta faz parte dos aspectos subjetivos da qualidade de vida. Essa afirmação ressalta a

importância dos aspectos subjetivos, mas também, é importante salientar de que não é missão simples, pelo menos no Brasil e nas grandes cidades brasileiras, assim como para boa parte da América Latina, garantir a cobertura das necessidades básicas para grande parte de sua população.

BREVE HISTÓRICO SOBRE A QUALIDADE DE VIDA

Guimarães (2005) afirma que desde a Grécia antiga o homem tem se preocupado com suas interferências no ambiente físico e com seus possíveis impactos. No entanto, em meados do século XIX surgiram novas preocupações, devido às consequências evidenciadas pela Revolução Industrial em sua fase inicial. A Revolução Industrial deixou visível miséria, exclusão socioeconômica, deterioração dos ambientes, baixa qualidade de vida, etc. Engels (1845) em a “*Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*” retrata bem o nascimento do proletariado e de todos os problemas urbanos associados ao processo da Revolução. Por volta dos anos de 1870, iniciam-se as reações e questionamentos com relação às conjunturas apresentadas que ganharam grande visibilidade no cenário mundial (*sic*). (Guimarães, 2005 p. 9)

Devido aos problemas ambientais que repercutiam nessa época, iniciaram-se estudos urbanísticos visando melhorar a qualidade ambiental e também a qualidade de vida nas cidades européias.

Portanto, desde a antiguidade até nossos dias os problemas ambientais e o tema da falta e/ou deterioração da qualidade de vida predominam no espaço geográfico e na sociedade moderna.

Manifestações do governo norte-americano na década de 1960 utilizavam a expressão “qualidade de vida urbana” para se referir a índices de desenvolvimento do país. De acordo com Guimarães (2005) no pós-segunda guerra mundial a qualidade de vida está associada as preocupações da guerra fria e também pela necessidade de reconstrução da economia de diversos países, reorganização das fronteiras políticas, processos de inclusão e exclusão social de diferentes grupos, visando seguir o modelo de desenvolvimento socioeconômico norte-americano.

Nas décadas de 50 a 70 observa-se a elaboração de tabelas, quadros e estimativas visando mensurar a qualidade de vida. Verificam-se aspectos objetivos servindo de base para a análise dos subjetivos como: capacidade de consumo, reconhecimento do status social, sentimentos de bem e auto-realização. Após essas análises a qualidade de vida incorporou dados oriundos de fontes oficiais tais como, longevidade, condições de saúde, por exemplo. As críticas

foram severas, pois acreditava que esses indicadores não levavam em consideração aspectos psicológicos, representações e suas interpretações, nem mesmo a importância deles para a análise da qualidade de vida.

Souza (1982) ressalta que em meados da década de 1960 surge a preocupação com a qualidade de vida vinculada ao fato de que o aumento da riqueza nacional traria consequências negativas e imprevistas tais como, a desigualdade da repartição da renda entre regiões e classes sociais, o crescimento não planejado das cidades, acarretando em degradação ambiental devido principalmente à poluição. Essa postura ressalta a importância da questão ambiental para a formação de conceitos de qualidade de vida.

Nesse momento, a abordagem do tema que antes era estritamente econômica passou a ser questionada como indicadores válidos de melhorias de vida. Inicia-se então um processo de aferição da qualidade de vida por meio de indicadores sociais que “*permitissem acompanhar a evolução dos níveis de bem-estar social*” (Souza, 1982 p.14). Entretanto, os indicadores sociais tenderam a se modelar aos tradicionais indicadores econômicos, mas se os últimos não eram adequados para mapear necessidades e desequilíbrios sociais, aspirava-se então que os novos indicadores sociais fossem constituídos de medidas de bem-estar *objetivas e diretas*¹, porém, não foi o que ocorreu reintroduzindo a premissa normativa antes criticada. O problema destaca Souza (1982), reside na correspondência entre o que está sendo medido e as interpretações que essas medidas comportam, retomando a discussão de como é possível apreender as bases subjetivas dessa temática, destacando que o discurso calcado apenas nas estatísticas quantitativas são utilizados por grupos e organizações que disputam os recursos públicos, e que por isso é importante a participação da população na avaliação da qualidade de vida de modo que o mapeamento das necessidades e aspirações por parte do poder público vá de encontro aos interesses dessa população.

Atualmente existe um consenso entre os estudiosos da qualidade de vida de que sua conceituação/definição/mensuração deve abranger tanto aspectos objetivos quanto os subjetivos. Entretanto, conforme ressalta Vitte (2009) citando Bravo & Vera (1993) embora a expressão qualidade de vida tenha um caráter mais individual, o planejamento governamental possui um caráter coletivo, com políticas públicas voltada para grupos, portanto, se a qualidade de vida for um objetivo de planejamento e gestão governamental é preciso vinculá-lo às necessidades que possam ser satisfeitas pelas políticas públicas com o foco na coletividade.

¹Destaque do autor – Souza (1982)

De acordo com Mora (1999) citando Guildenberg (1978) a qualidade de vida é um novo enfoque na busca de respostas para a problemática das mudanças contemporâneas, principalmente no que diz respeito às noções de bem-estar, antes medida em termos de bens de consumo e posteriormente em termos de capacidades. Para se estudar a qualidade de vida nesse momento é necessária uma proposta geral de estilo societal que tenha uma perspectiva de um crescimento orgânico levando em consideração todas as facetas humanas: psicológicas, sociais, econômicas salientando as especialmente derivadas de seu ambiente natural e social. O autor citado defende um planejamento mais social e integrador que o planejamento econômico, colocando em pé de igualdade as dimensões das capacidades e dos bens de consumo, tendo como base um enfoque unificado, que permitam que novos estilos de desenvolvimento respondam melhor às necessidades humanas.

ESTUDOS SOBRE QUALIDADE DE VIDA NO BRASIL

A qualidade de vida urbana é tratada em vasta literatura, sendo nela retratada por meio de diferentes visões acadêmicas que trabalham com a questão urbana, mas não diretamente com a qualidade de vida. Atualmente há um esforço no sentido de orientação dos estudos urbanos para a temática da qualidade de vida, resultante da tendência mundial da concentração de grande parte das populações nas cidades e também do intenso processo de urbanização, decorrente da demanda populacional, que ressalta uma série de problemáticas: poluição, tráfego, questão de moradia, falta de infraestrutura, entre outros, cuja influência nas condições de vida faz-se imprescindível conhecer e avaliar. (Santos et al., 2009)

Entretanto, para se conhecer e avaliar a qualidade de vida urbana a maior parte dos estudos utiliza os aspectos mais objetivos do tema relacionados aos indicadores e análise de dados com enfoque ao atendimento das necessidades fundamentais ou básicas do indivíduo. Novamente é importante ressaltar que a qualidade de vida possui aspectos mais complexos do que o suprimento dessas necessidades conhecidas como aspectos subjetivos, porém de difícil mensuração.

No Brasil os estudos que envolvem a mensuração da qualidade de vida abordam os aspectos mais objetivos acerca da temática, embora exista a preocupação de se avaliar a satisfação/insatisfação da população com relação às condições de vida, considerados aspectos subjetivos. Entretanto, estes aspectos subjetivos geralmente são abordados em forma de amostragem, sendo, portanto transformados em pesquisa de opinião de um grupo, logo, mesmo

os aspectos subjetivos para serem considerados nestes estudos necessitam de certa objetividade, pois dizem respeito à coletividade.

De acordo com Nahas (2004) as primeiras experiências com relação à mensuração do bem-estar e as transformações sociais ocorreram na década de 60, mas o grande impulso foi dado pela criação do Índice de desenvolvimento humano (IDH), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1990. Desde então se observam várias iniciativas de se avaliar o desenvolvimento, as condições e qualidade de vida em diversos recortes espaciais e metodologias.

O Brasil seguiu a tendência internacional gerando uma série de informações sobre condições de vida, qualidade de vida, nível de vida, sempre agregado em índices.

Dentre as experiências mais importantes no cenário brasileiro Nahas (2004) destaca os índices criados ao longo da década de 1990 para as cidades de Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR) e São Paulo (SP).

Em Belo Horizonte a experiência desenvolvida com o IQVU, é uma exceção, pois (índice de qualidade de vida urbana) além de incluir o saneamento básico como indicador sócio-ambiental, inseriu outros quatro parâmetros como: risco geológico, cobertura vegetal, nível de ruídos e poluição atmosférica. Esses parâmetros aliados ao nível de vulnerabilidade instituída pelo (IVS) garantiu a identificação de áreas mais ou menos sustentáveis na cidade. De acordo com os resultados obtidos, o IQVU permitiu também identificar quais as unidades de planejamento distribuídas pela cidade necessitavam ser priorizadas na distribuição dos recursos.

Em Curitiba o Índice Sintético de Satisfação de Qualidade de Vida é formulado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba desde 1987, e é composto por indicadores que visam expressar o acesso da população a certas necessidades sociais como: Habitação, Saúde, Educação e Transporte. O cálculo estabeleceu uma hierarquia entre os bairros, onde os bairros que recebem as maiores notas são os que a população tem melhor acesso às necessidades consideradas como: habitação, saúde, educação e transporte.

Em São Paulo, Sposati elaborou em 1996 o Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de São Paulo. A metodologia faz uso de linguagens quantitativas, qualitativas e de geoprocessamento visando produzir dois índices territoriais e além de hierarquizar regiões de uma cidade de acordo com o grau de exclusão/inclusão social. Esses índices são: Índice de Exclusão/Inclusão Social (Iex) e o Índice de Discrepância (Idi). O Iex dimensiona o quanto a população se encontra excluída com relação às seguintes variáveis temáticas: autonomia, desenvolvimento humano, qualidade de vida e equidade.

Com relação à qualidade de vida, o conceito apresentado por Sposati (2000) envolve a questão da democratização dos acessos à condição de preservação do homem e do meio ambiente. Com essa definição a autora explicita a importância da qualidade ambiental implícita no conceito e considera que,

“a qualidade de vida é a possibilidade de melhor redistribuição – e usufruto – da riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade; a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza, com o menor grau de degradação e precariedade.”
(Sposati, 2000:5 apud Roggero, 2009)

A Fundação SEADE elaborou o primeiro índice paulista de responsabilidade social (IPRS) no ano de 2003. O IPRS é um indicador, que segundo os autores, possui certas especificidades: além de preservar as três dimensões que compõem o IDH (renda, longevidade e escolaridade) visando o interesse de se manter consistente com o paradigma do desenvolvimento humano proposto pelo PNUD; incluem variáveis que sejam de certa forma, capazes de captar mudanças de curto prazo; baseando-se em registros administrativos, na periodicidade das fontes de dados, o que permite sua atualização para os anos intercensitários e para todos os municípios do Estado de São Paulo.

Em 2003 o Centro de Estudos da Metrópole em parceria com a Secretaria de Assistência Social da cidade de São Paulo, lançaram o mapa da Vulnerabilidade Social, visando detectar diferentes condições de carências sociais por meio da análise da distribuição da estrutura socioeconômica no espaço urbano. A exposição de certas populações e áreas a diferentes situações de vulnerabilidade social foi abordada por meio da descrição das características socioeconômicas e demográficas dos setores censitários do município de São Paulo, a partir das informações fornecidas pelo Censo 2000. (CEM, 2003)

Souza (2006) apresentou em parceria com o Laboratório de Geoprocessamento da PUC-SP a metodologia de construção de um indicador socioambiental para o município de São Paulo. Dois elementos nortearam a construção do indicador: o IPVS, Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (criado pela Fundação SEADE para a Assembleia Legislativa) e as bases de informações ambientais do Atlas ambiental do Município de São Paulo, elaborado pela Secretaria municipal do Verde e Meio Ambiente.

Esse índice socioambiental, ISSa, testou uma metodologia onde foram cruzados indicadores que formam o IPVS e um conjunto de informações que caracterizassem suscetibilidade ambiental. A escolha do IPVS deu-se pelo fato dele sintetizar de modo bastante satisfatório as condições socioeconômicas e demográficas da população do Estado de São Paulo.

O IPVS que é um indicador oriundo do Índice paulista de responsabilidade social IPRS apresentado anteriormente, mas com a intenção de apontar as parcelas dos territórios dos municípios onde se encontram a população em diferentes condições de vulnerabilidade social. De acordo com a Fundação Seade, o IPVS baseou-se em dois pressupostos, o primeiro foi à compreensão das múltiplas dimensões da pobreza, onde se buscou a criação de tipologias de situações de exposição à vulnerabilidade (renda, escolaridade, ciclo familiar) e o segundo, foi à consideração de que a segregação espacial é fenômeno presente nos centros urbanos e que eles contribuem para a permanência do padrão de desigualdade social.

E por fim, outro estudo interessante e que também merece destaque é o observatório da qualidade de vida de Santo André – SP (2001). Esse observatório foi criado devido à implantação de uma Coordenadoria de Informações Socioeconômicas, dentro do Departamento municipal de Estatísticas que existe desde 1945. O município conta com uma boa base de dados e uma estrutura de banco de dados que permitem diversos níveis de desagregação, por setores censitários, quadras, lotes, vias, distritos, bairros, unidades de planejamento do orçamento participativo e estão de acordo com as necessidades do planejamento municipal.

De acordo com Prado e Keinert (2009) a partir de levantamento bibliográfico acerca dos aspectos objetivos e subjetivos na definição da qualidade de vida, algumas variáveis foram selecionadas. A primeira etapa foi a sistematização dos dados e a verificação da possibilidade de cruzamento. Os pesquisadores que fazem parte do Observatório da Qualidade de Vida de Santo André definiram qualidade de vida como: *“capacidade de uma comunidade desfrutar de vida média comparativamente longe de uma forma saudável.”* (Prado e Keinert, 2009 p. 198)

Para avaliar a qualidade de vida foram utilizados os indicadores: condições de habitação, provisão de água encanada, provisão de rede de esgoto, diminuição do risco de enchentes, diminuição do risco de desmoronamento, acessibilidade a serviços de primeira necessidade, acessibilidade a serviços relativos à vida civil, acessibilidade a serviços de saúde, acessibilidade a serviços de educação, segurança quanto ao rebaixamento dos índices de violência, segurança quanto ao rebaixamento dos índices de acidentes de trânsito e segurança quanto à diminuição dos riscos em relação ao ambiente (infraestrutura). Esses indicadores foram inseridos em um sistema de informações geográficas e são processados de acordo com as necessidades de planejamento municipal, sendo fundamental para os processos de tomada de decisões.

ESTUDOS SOBRE QUALIDADE DE VIDA NA GEOGRAFIA BRASILEIRA

Na geografia brasileira existem vários estudos abordando a temática, entretanto, é possível definir duas linhas de investigação: um epistemológico, que discute as definições, bem como a origem da qualidade de vida e outra linha, empirista que procura ir além da conceituação, desenvolvendo metodologias para mensurá-la.

Damiani (1992), que se encaixa na primeira linha de investigação, em seu artigo “*Qualidade de vida urbana: Repensando a cidade?*” teme não conseguir repensar a cidade por meio da qualidade de vida urbana, devido o comprometimento da qualidade de vida com a deterioração da cidade. A autora afirma que ao trabalhar como técnica de planejamento acompanhava o arrolamento de serviços urbanos onde a relação com as necessidades da população eram transformadas em dados manipulados pelos economistas, que por meio de procedimentos estatísticos corrigiam e compatibilizavam os dados síntese da análise fatorial, que resultaria em um ou mais indicadores sociais que dariam as medidas das carências de cada lugar. De acordo com Damiani (1992) as soluções pensadas valorizavam a técnica em detrimento da problemática social.

A deterioração da cidade ocorre segundo a autora, por meio da deterioração da vida social, reduzida a satisfação das necessidades básicas primárias como comer, beber, aprender, ler e a autora vai além dizendo que a Qualidade de vida urbana enquanto acervo das necessidades básicas satisfeitas passa exatamente pela produção de um espaço deteriorado enquanto urbano que é motivo de encontros, da vida coletiva e de espaço lúdico vivido.

Paiva (2008) em seu artigo “*Os estudos sobre qualidade de vida elaborados por geógrafos no Brasil e no mundo*” fez um levantamento dos Geógrafos brasileiros que formularam e/ou utilizaram o conceito de qualidade de vida urbana. O autor destaca que o rápido crescimento das cidades dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, não tem sido acompanhado no mesmo ritmo pelo atendimento de infraestrutura que trazem melhoria da qualidade de vida para a população. E é por isso que os geógrafos tentam estabelecer um padrão de qualidade de vida relacionando fatores físicos, químicos, biológicos, sociais, culturais, políticos, econômicos e antrópicos.

Paiva (2008) destaca Troppmair (1992) e Mazetto (2000) e suas contribuições ao analisar as interconexões entre diversos aspectos da qualidade de vida e sua espacialização. Troppmair definiu uma boa qualidade de vida como sendo os parâmetros físicos, químicos, biológicos, psíquicos e sociais que permitem o desenvolvimento harmonioso, pleno e digno de

vida (Troppmair, apud Paiva 2008). Esses autores também podem ser classificados da primeira linha de investigação.

Com relação à perspectiva urbana, Paiva (2008) ressalta que o crescimento populacional das grandes cidades na década de 1970, desgastou laços sociais, levando ao abandono dos espaços públicos, que são valores culturais que influenciam na interação da população com o seu entorno, suas ações e reações e porque não na melhoria da qualidade de vida. Assim, de acordo com Mello (2005) citado por Paiva (2008) a cidade tem se transfigurado em espaços cada vez mais fechados, refletindo a perda de urbanidade e demonstrando a compartimentação da sociedade que tem desenvolvido muitas de suas atividades em locais privados em detrimento do público.

Paiva (2003) em sua tese de Doutorado intitulada “*Mapeando a Qualidade de Vida em Minas Gerais utilizando dados de 1991 e 2000*” opta por uma abordagem onde a qualidade de vida é considerada em termos de florescimento humano e centra-se nas condições constituídas individual e socialmente para tal realização, é uma abordagem não-utilitarista, focada nas capacidades. A abordagem de Paiva (2003) está baseada na análise espacial, entendida geograficamente como um conjunto de ambientes, métodos e técnicas para análise de eventos geográficos. Para tanto, o autor adotou procedimentos de classificação e hierarquização do espaço pelo emprego da Estatística multivariada (Análise de componentes principais e análise de agrupamento) para o mapeamento da qualidade de vida do Estado de Minas Gerais. Paiva elegeu um total de 64 variáveis relacionadas com renda, saúde, educação, saneamento, segurança e vulnerabilidade, bem estar e comodidade. Esse autor pode ser classificado na segunda linha de investigação, com uma abordagem empirista. As conclusões de sua tese indicam que o método desenvolvido é pertinente para lidar com situações mais complexas e que exijam grande quantidade de processamento de dados. Com relação à qualidade de vida no Estado, o método indicou níveis médios, com pequena parcela de municípios com níveis elevados de qualidade de vida.

Morato (2004) elaborou um índice para avaliação da qualidade de vida em áreas urbanas e para isso, utilizou o município de Embu como estudo de caso. Seu índice baseou-se nos critérios das necessidades básicas, adotando as necessidades mínimas. Foram adotadas três dimensões: a qualidade ambiental, o nível sócio-econômico e a educação. Para cada indicador, foram atribuídos pesos diferentes e calculados por meio de média aritmética, os dados utilizados foram provenientes do censo demográfico IBGE 2000 e do Sensoriamento Remoto, como o índice de vegetação; a unidade de análise foram os setores censitários. A autora ressalta

que diferentemente de metodologias internacionais, no Brasil devido à preocupação com as desigualdades sociais e a pobreza, as metodologias de qualidade de vida abrangem os serviços essenciais, algo superado em muitos países desenvolvidos. Morato também destaca que o número de indicadores de qualidade de vida pode ser variável e que um maior número de indicadores não se torna fator determinante para a elaboração de um índice mais eficiente. Morato também se enquadra na segunda linha de investigação, sua pesquisa aborda outra questão de grande importância na mensuração geográfica da qualidade de vida urbana que é a escala de mapeamento e os indicadores a serem utilizados. Quando o pesquisador não possui idéia clara dos tipos de variáveis que se deseja trabalhar e dos indicadores que se pretende criar para a análise, dificilmente se consegue chegar a uma síntese dos resultados, que é o produto principal e foco das análises das pesquisas que mensuram a qualidade de vida urbana.

Verona (2004) trabalhou com a qualidade ambiental e de vida na cidade de Várzea Paulista. Nesta abordagem a autora novamente aproxima a questão ambiental da qualidade de vida, entretanto, ela ressalta a dificuldade de se analisar tanto a qualidade ambiental quanto a de vida de determinado espaço geográfico. Com relação aos indicadores de qualidade de vida do município estudado, a autora analisa dados sobre a qualidade das águas, o saneamento básico, saúde, criminalidade, educação, mas não elabora síntese por meio de índice, o trabalho pode ser caracterizado por um diagnóstico de dados existentes e a percepção de insatisfação dos moradores com relação aos indicadores analisados pela pesquisadora enquanto moradora da cidade.

Santos et al (2011) analisa a qualidade de vida por meio da situação de risco dos povos ribeirinhos de Riacho Doce (Lajedo – PE). Os autores relacionam o processo de produção do espaço urbano e expansão da população com os agravamentos dos problemas ambientais e conseqüentemente, com a perda de qualidade de vida. É unanimidade entre os autores pesquisados a dificuldade de conceituação do termo qualidade de vida, porém novamente ressaltam a situação brasileira de não garantir as necessidades básicas para sua população. Essa é a justificativa dos autores para adotarem na pesquisa como direcionamento, o critério das necessidades básicas. Os autores elaboraram um diagnóstico da ocupação ao longo das margens do córrego por meio de pesquisa quantitativa e qualitativa, onde é possível perceber a degradação do curso d'água ao longo dos anos, a situação de risco das moradias instaladas nas margens devido às constantes enchentes e também que a população que se submete a morar em condições precárias é a que possui piores condições socioeconômicas.

Assim como diversos estudos acerca da qualidade de vida urbana no Brasil, Santos et al (2011) detectaram que na parte nobre da cidade, não há problemas com a infraestrutura básica, no entanto, na porção periférica estudada a precariedade no oferecimento desses serviços é absoluta. Os trabalhos tanto Verona quanto Santos et al podem ser classificados de linha mais empirista.

Roggero (2009) analisou a qualidade de vida urbana também pela ótica das necessidades básicas, por entender que essas dizem respeito à coletividade e que por isso são passíveis de mensuração. Para isso, Roggero utilizou dados do censo demográfico IBGE (2000), transformados em indicadores; e fotointerpretação, para classificar uso do solo e posteriormente, as zonas residenciais homogêneas. Os índices sintéticos foram elaborados por análises estatísticas multivariadas (análise fatorial e análises de agrupamento) e integrados via software estatístico e sistemas de informação geográficos. Roggero se enquadra também no grupo dos empiristas.

De acordo com Roggero (2009) a mensuração da qualidade de vida por meio da criação de um índice baseia-se na afirmação de que a mesma não se resume à esfera econômica, como pensam alguns pesquisadores. As definições dos indicadores de qualidade de vida é parte integrante de definições metodológicas, que dizem respeito à forma de representação adotada, bem como as técnicas escolhidas e seus critérios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São diversas linhas de pesquisa em geografia que trabalham com a temática da qualidade de vida. Entende-se que tanto os geógrafos de linha mais epistemológica quanto os empiristas apresentam contribuições importantes para análise acerca da temática.

Os estudos focados na mensuração geralmente estão direcionados à tomada de decisões em políticas públicas, devido ao caráter de promover um diagnóstico territorial por meio de monitoramento. Os progressos e/ou retrocessos de processos sociais precisam ser discutidos e analisados de forma a promover avanços sobre a tematic. Os estudos que abordam as questões relacionadas à conceituação da qualidade de vida são fundamentais para a melhoria das definições/conceituações e auxiliam os estudos mais empíricos nas escolhas das variáveis a serem trabalhadas.

Desta forma, pode-se dizer que as duas linhas de investigação são complementares e ainda há muito que se produzir na Geografia, de modo a avançar nas pesquisas/discussões sobre a qualidade de vida urbana.

BIBLIOGRAFIA

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global, 1985. 391 p.

GUIMARÃES, S.T.L. Nas trilhas da qualidade: algumas idéias, visões, e conceitos sobre a qualidade ambiental e de vida... In Geosul – Florianópolis, v. 20, nº 40, 2005. (7-26)

MORA, M. G. C. Calidad de vida y capacidades humanas. In Revista Geográfica Venezolana, Vol 40(2), 1999. (247-258)

MORA, V. R.; LAMBIRINI, D.; BIAGI, B. Economía Urbana y calidad de vida. Una revisión del estado del conocimiento em Espanã. Revista Bibliográfica de Geografía e Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona Vol. XIII, nº 794. Agosto de 2008.

MORATO, R. G. Análise da Qualidade de Vida Urbana no Município de Embu/SP. 2004. Dissertação de Mestrado – FFLCH/USP, São Paulo. 108 p.

PAIVA, E. B. de. Os estudos sobre qualidade de vida elaborados por geógrafos no Brasil e no mundo. In Revista Geográfica Venezolana. Vol 49(1) 2008. (131-150)

PAIVA, J. E. M. Mapeando a qualidade de vida em Minas Gerais utilizando dados de 1991 e 2000. 2003. Tese de Doutorado – UNESP, Rio Claro. 155 p.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1998. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Fundação João Pinheiro (FJP) e Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

ROGGERO, M. A. Um ensaio metodológico sobre a qualidade de vida no distrito de Cachoeirinha, Zona norte da cidade de São Paulo – SP. 2009. Dissertação de Mestrado – FFLCH/USP, São Paulo. 125 p.

SANTOS, L. D.; MARTINS, I.; BRITO, P. O conceito de qualidade de vida urbana na perspectiva dos residentes na cidade do Porto. 14p. Disponível em www.apdr.pt/siteRPER/numeros/RPER09/art01_rper9.pdf. Acesso em outubro de 2011.

SANTOS, L. D.; MARTINS, I. A Qualidade de Vida Urbana. O Caso da Cidade do Porto. 25 p. Disponível em www.fep.up.pt/investigacao/workingpapers. Acesso em março de 2011.

SANTOS, C. C.; SANTOS, A. L.; SILVA J. C. F. Problemática Ambiental dos Rios Urbanos: uma análise de situação de risco ambiental e de qualidade de vida dos ribeirinhos de Riacho Doce da cidade de Lajedo – PE. In Revista Brasileira de Geografia Física. 03. 2011 (520-542)

SEADE, Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. Disponível em www.seade.gov.br/ipvs. Acesso em 10/01/2011.

SPOSATI, A. Cidade, Território, Exclusão/Inclusão Social. Geo Brasil 2000. São Paulo. 16/06/2000.

SOUZA, A. Introdução. GUIMARÃES, R. P.; CORDEIRO, H. A.; COIMBRA, M. (Orgs.) In Qualidade de Vida Urbana. Debates Urbanos 7. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. (13-17)

SOUZA, Gustavo C. O. Construção de um Indicador Sócioambiental: O exemplo do município de São Paulo. In São Paulo Perspectiva. Fundação SEADE. 2006.

VERONA, Evolução das questões ambientais e de vida e a cidade de Várzea Paulista – SP: Breve comparação de conceitos. In Geografia, Rio Claro V 29, nº 1, 2004. (111-126)

VITTE, C. de C. S. A qualidade de vida urbana e sua dimensão subjetiva: Uma contribuição ao debate sobre políticas públicas sobre a cidade. VITTE, C. de C. S.;

KEINERT, T. M. M. (Orgs.) In Qualidade de Vida, Planejamento e Gestão Urbana. Discussões Teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009. (90-109)